AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
http://ageconsearch.umn.edu
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE LEITE DE ÁGUAS BELAS COMO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO

DANIELA MOREIRA CARVALHO; GILVANDO SÁ LEITÃO RIOS;

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

RECIFE - PE - BRASIL

DMCOOP2001@YAHOO.COM.BR

APRESENTAÇÃO SEM PRESENÇA DE DEBATEDOR

INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES NA AGRICULTURA

A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE LEITE DE ÁGUAS BELAS COMO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO

Grupo de Pesquisa: Instituições e Organizações na Agricultura

RESUMO

O Desenvolvimento Local ganha espaço dentro das análises de desenvolvimento por propor um desenvolvimento mais calibrado às diferenças culturais, econômicas, políticas e sociais de cada região. No meio rural brasileiro o agronegócio desponta como um dos mais eficientes e competitivos do mundo, mas também a pobreza rural como uma das maiores mazelas da sua sociedade e nessa realidade a pecuária leiteira é uma atividade importante, social e economicamente por abranger uma grande parcela de pequenos produtores. Dentro deste contexto o objetivo do trabalho foi analisar e desvendar o papel da Associação de Produtores de Leite de Águas Belas como agente de desenvolvimento local na ótica dos atores envolvidos. A metodologia utilizada foi estudo de caso, utilizando observação, entrevistas semi-estruturadas e conversas informais. O estudo evidencia que a Associação cumpre uma série de indicadores de desenvolvimento, geração de emprego e renda, acesso a crédito rural, acesso a novas tecnologias, parcerias institucionais importantes, que demonstram um papel fundamental no desenvolvimento local. Entretanto a abrangência da associação ainda é muito limitada aos associados, a sustentabilidade social é frágil (incidência de participação objetiva e baixa participação subjetiva).

Palavras chaves: Associativismo, Desenvolvimento Local, Pecuária Leiteira e Atores locais.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil chama a atenção do mundo pela sua produção agrícola. No ano de 2004, um terço do produto interno bruto – PIB – foi gerado a partir do agronegócio. Um agronegócio que assusta em produção, índices de produtividade, volume de negócios, 37% do número de pessoas empregadas (MAPA, 2004), riqueza gerada e, apesar de parecer incoerente, é também um agronegócio que chama a atenção pelas grandes desigualdades.

A realidade da pecuária leiteira no Nordeste está diretamente relacionada à realidade da produção familiar, já que, a maior parte da produção leiteira da região e particularmente de Pernambuco, é realizada com base no controle e participação no trabalho dos membros da família, ou seja, com base na produção familiar. De acordo com Pronaf (2005) a agricultura familiar pernambucana representa mais de 83% dos estabelecimentos rurais do Estado, fortemente concentrada nas mesorregiões do Sertão e Agreste, sendo, também, a principal fonte de emprego rural.

Mesmo existindo uma demanda real para os produtos lácteos, a produção do Estado de Pernambuco esteve em decadência por vários anos, isto tem ocorrido devido a diversas dificuldades encontradas na cadeia produtiva do leite, na produção agrícola, especialmente a produção agrícola familiar (CERQUEIRA, 1998). Uma delas é a dificuldade do pequeno produtor em se manter num setor de baixa rentabilidade que exige uma adequação técnico-produtiva com alto custo (GOMES et al, 2001; VILELA et al, 1999). É necessário que os produtores, principalmente os pequenos, que são a maioria na pecuária leiteira do Nordeste, consigam modernizar seu processo produtivo e sua forma administrativa para se manter num setor tão competitivo como o setor de lácteos.

Para esta adequação a alternativa mais coerente encontrada, e já utilizada no Nordeste e em outros Estados do país como Minas Gerais[1], São Paulo, Estados do sul etc, é o associativismo. Enquanto um produtor sozinho não tem condições de comprar determinado equipamento, reivindicar algum problema, unido a um grupo isso se torna possível, aumentando o poder de barganha na compra de insumos, na reivindicação de auxílios junto a instituições do setor, além de inúmeras outras ações que podem ser facilitadas pelo princípio da cooperação. Isso já é bem conhecido por todos, contudo, na prática toda essa facilidade desenhada pela teoria não se realiza necessariamente, e por vezes, nem mesmo estimula os produtores a procurar se organizar associativamente.

O presente trabalho tem como objetivo verificar, dentro da perspectiva do desenvolvimento local, qual o papel da Associação dos Criadores e Produtores de Leite de Águas Belas para o desenvolvimento do município de Águas Belas através da análise interpretativa dos atores sociais envolvidos no desenvolvimento do mesmo.

Atualmente a Associação é formada por aproximadamente 750 associados dentre eles 460 produtores de leite, porque a associação também atende aos criadores de animais, ou seja, abrange produtores rurais que trabalham com pecuária nos municípios de Águas Belas, Iati, Itaíba, Tupanatinga, Buíque e Pedra com propriedades que variam de 3 a 300 ha o que dá uma média de 50 ha/produtor, com um numero médio de 14 animais, que detêm uma produção média de 7,0 Kg/vaca/dia.

[1] Ver FONSECA (2000).

Os municípios abrangidos pela associação têm a economia predominantemente agrícola, todos com mais de 60% das pessoas economicamente ocupadas em atividades agropecuárias. O que se sabe é que "os pequenos produtores rurais característicos do Agreste do Estado de Pernambuco são bastante dispersos e não dispõem de tecnologia moderna para a exploração mais racional, principalmente no que se refere à diminuição dos custos de produção". (SILVA, 2001, p.18).

De acordo com o Atlas de Desenvolvimento do PNUD os municípios abrangidos pela associação estão em situação ruim em relação aos outros municípios do Brasil, estão entre os 16% de municípios com pior IDH do Brasil, esse dado reflete em: baixos índices de alfabetizados, altos índices de mortalidade infantil, baixa renda *per capita*, alto índice de gini, dentre outros aspectos que caracterizam pobreza e subdesenvolvimento.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 AGRONEGÓCIO DO LEITE NO BRASIL E NO MUNDO

O leite é considerado um dos alimentos mais ricos em termos nutritivos em razão de sua composição de proteínas, vitaminas e sais minerais. O Brasil é um dos maiores produtores de leite do mundo, estando em sexto lugar no ranking mundial, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, Índia, Rússia, Alemanha e França.

Em relação ao comércio exterior de leite, é incontestável a melhoria do Brasil em relação ao mundo: de importador na ordem de US$ 500 milhões em 2003, passou a exportador, em 2004, de um total de US$ 50 milhões (Veiga, 2005).

Apesar da boa colocação do país em termos de produção de leite, quando se observa a produtividade do rebanho brasileiro há uma grande queda na sua classificação. Ou seja, a produção leite/vaca/dia do rebanho brasileiro é baixa, isso porque para um aumento de produtividade é preciso de investimentos no rebanho seja com melhoramento genético, seja com maiores cuidados de higiene, mas principalmente uma maior preocupação com a alimentação do gado através do fornecimento de concentrados (farelo), forrageiras adequadas a cada região etc.

No Brasil a produção de leite segue ainda com mercado formal e informal. Contudo, com o acirramento das exigências sanitárias e das fiscalizações, o mercado informal tem diminuído continuamente, e a tendência é que ele chegue a patamares muito baixos e até se extinga. Atualmente a instrução normativa Nº 51, do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA) – SDA/MAPA (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento), publicada em 18 de setembro de 2002, determina novas condições de produção do leite fluido, eliminando a recepção do leite à temperatura ambiente. Além disso, institui como única forma de captação, o leite resfriado a temperatura de até 7ºC exigindo a utilização de tanques de expansão e coleta granelizada, devendo ter sido implantado nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, no máximo até janeiro de 2005, e nas demais regiões, inclusive a Nordeste, até janeiro de 2007. Essas medidas são importantes para a melhoria da qualidade do leite e para melhor aceitação do mesmo em todos os mercados, inclusive os mais exigentes. No entanto, se analisada sob o aspecto social, essa norma é excludente e de difícil adequação, pois requer investimentos de alto valor, mão de obra qualificada, informações freqüentes, propriedades com energia elétrica etc, que muitas vezes o pequeno produtor não tem acesso.

2.2 AGRONEGÓCIO DO LEITE NO NORDESTE E EM PERNAMBUCO

No Nordeste é produzido hoje 12% do leite do Brasil, e é na região semi-árida que se encontram as suas principais bacias leiteiras, embora os principais centros consumidores estejam localizados ao longo da faixa litorânea (EMBRAPA, 2004).

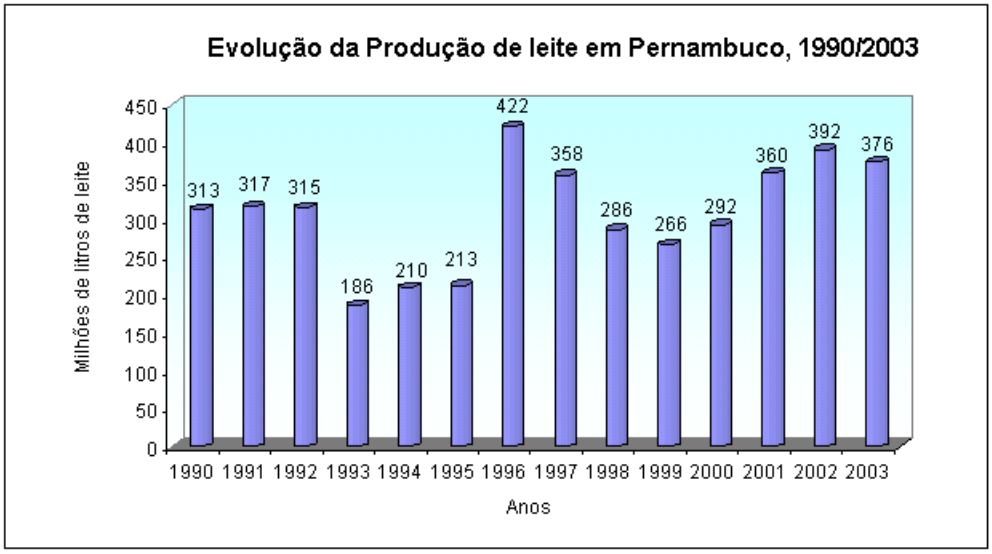
Apesar de sua pequena expressão no cenário nacional, tanto em volume de leite produzido, quanto aos níveis de produtividade resultantes de limitações climáticas e estruturais (90% das propriedades possuem áreas inferiores a 100 ha), agravada pelo baixo uso de tecnologias, o agronegócio regional do leite, muito mais que seu peso econômico, em termos de abastecimento, assume papel social de extrema relevância, constituindo-se, com freqüência, na única perspectiva de sustentabilidade e de inserção no mercado para milhares de pequenas propriedades de base familiar disseminadas pelo espaço semi-árido nordestino. A irregularidade, no tempo e no espaço, do regime pluviométrico dessa região, somada à excessiva fragmentação fundiária, aos limitados recursos naturais e de capital, reflete-se no baixo e oscilante desempenho da produção (EMBRAPA, 2004).

A atuação do Governo na área da bacia leiteira de Pernambuco foi caracterizada pela ação da CILPE que por 33 anos (1961 – 1994) comprava a maior parte da produção de leite do Estado. Apesar da sua ação intensa no setor lácteo do Estado, o Governo do Estado optou pela sua privatização que ocorreu no início de 1994, pelo fato da empresa ter se tornado obsoleta, não ter conseguido modernizar sua estratégica frente à modernização e as exigências do mercado, somando-se a não arrecadação por parte do governo, os prejuízos acumulados e a política de afastamento do Estado no setor lácteo.

De acordo com a Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco – ADDIPER (2005), os pequenos e médios produtores são maioria na cadeia produtiva do leite no Estado, que se firma como sendo uma atividade econômica importante para a geração de renda e permanência no campo de famílias do interior.

A queda na produção leiteira de Pernambuco requer ressaltar que a produção foi intensamente afetada pela seca dos anos de 1992 e 1993, especialmente o ano de 1993, que foi classificado pelos órgãos técnicos como a maior seca registrada no século. Levando aos anos seguintes sérios problemas advindos da seca prolongada. Problemas como a drástica redução na produção de leite, elevada mortalidade no rebanho, redução da taxa de natalidade, enfraquecimento do rebanho atual (fome, desnutrição, doenças etc), transferência de animais para outras regiões e produtores altamente descapitalizados para realizar qualquer investimento nas propriedades (SEBRAE, 1996). No ano de 1996 houve um aumento considerável na produção de leite em vários Estados brasileiros o SEBRAE (2002) conclui que a partir de 1995 "o expressivo crescimento da produção pode ser atribuído, em grande parte, à resposta favorável dos produtores brasileiros ao aumento da demanda no mercado, especialmente após o Plano Real, com preços mais estáveis" (p.25). Havendo, entretanto uma grande redução no volume de leite produzido nos anos seguintes, devido à outra seca ocorrida nos anos de 1997-1999.Veja o gráfico abaixo:

GRÁFICO 4 – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE LEITE EM PERNAMBUCO, 1990/2003



Fonte: IBGE – Pesquisa da Pecuária Municipal.
Elaboração: R. ZOCCAL Embrapa Gado de Leite.

Uma análise realizada pelo SEBRAE por volta de 1996 diz que o quadro geral do leite naquele momento estava caracterizado por preços defasados, aumento de importações e crescimento do leite longa vida, prejudicando as regiões com produtividade mais baixa como a Região Nordeste. Gomes et al (2001) corroboram o que Vilela diz afirmando que "o cenário que se visualiza para a cadeia do leite é de crescimento, modernização e exclusão, seguindo a tendência que vem ocorrendo" [2] desde a década de 90. O autor ressalta ainda que as variáveis econômicas, política, social e tecnológica influirão na intensidade da abrangência desse processo de crescimento e modernização do setor leiteiro.

O associativismo (incluindo cooperativas, associações formais e informais) é um mecanismo de difícil implementação, pois requer uma certa coesão cultural, predisposições, iniciativas locais (dos próprios produtores), dentre outros requisitos. Muitas vezes esses produtores já criaram uma aversão a esses mecanismos, pois foram vítimas de experiências que não deram certo, ou mesmo por aversão a qualquer tipo de mudança, por falta de confiança, falta de uma cultura da cooperação etc. Por isso o associativismo não deve ser visto de maneira simplista e ingênua como a resolução de todos os problemas rurais, mas como um desafio na transformação social.

É preciso ponderar seus benefícios e suas dificuldades, considerando que as associações ou cooperativas, quando impostas de cima pra baixo, sem que haja um trabalho de mobilização social, têm grandes chances de não dar certo. Quando essas organizações são construídas coletivamente, pela própria comunidade, elas podem trazer inúmeros benefícios. Nesse sentido, essa pesquisa propõe averiguar quais os benefícios que de fato vêm a ocorrer e quais as dificuldades enfrentadas em sua implementação através de um estudo de caso na Associação dos Criadores e Produtores de Leite de Águas Belas.

[8]Essa visão é partilhada por diversos autores do setor, tais como: GOMES (2001), VILELA e BRESSAN (1999), FONSECA (2000), SILVA (2001), ALEIXO, SILVA & SOUZA (2003) dentre outros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL

Por muito tempo a análise do desenvolvimento se fez muito míope por ser pautada apenas em fatores econômicos, desconsiderando a amplitude de uma realidade tão complexa. Quando por exemplo, ao falar de desenvolvimento remetia-se apenas ao crescimento econômico, aumento de produtividade, aumento da produção, ou seja, uma análise restrita a fatores econômicos. O PIB é um indicador importante de crescimento econômico, mas não o único de desenvolvimento, portanto é necessário incorporar informações, outros índices, componentes, incluir também aspectos como educação, saúde, liberdade política e econômica, aspectos ambientais, de combate à pobreza, construção da cidadania, dentre outros que permitam dar uma gama maior de dados e levem a obter informações mais concretas e embasadas de uma realidade que é muito mais complexa que simples aspectos econômicos – financeiros.

Outro problema é das análises serem feitas normalmente em dimensões gerais, onde as médias são às vezes distorcidas, pois podem ser elevadas pelo poder aquisitivo de uma pequena minoria, por vezes, omitindo análises locais, municipais, que retratam de maneira mais fiel à realidade. O que seria interessante é intercalar análises gerais e específicas de maneira que elas se complementem.

> Quanto ao escopo, torna-se cada vez mais claro que as abordagens centradas no nível de abrangência territorial das grandes regiões — Norte, Nordeste, Centro - Oeste, Sudeste e Sul — devem ser substituídas por iniciativas de abrangência sub-regional ou local, que possam ser melhor calibradas com base em diagnósticos mais precisos da situação e das potencialidades dessas áreas menores, cuja problemática tende a ser mais homogênea. (BANDEIRA 1999, p.8).

O desenvolvimento local está dentro dessa visão sistêmica do desenvolvimento podendo ser definido como:

> Um processo *endógeno* registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o *dinamismo econômico* e a *melhoria da qualidade de vida* da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade explorando suas capacidades e potencialidades específicas. (BUARQUE, grifo do autor, 1998, p. 9-10).

Como o próprio nome diz é aquele desenvolvimento específico, dentro de uma determinada região, o que não quer dizer que ele esteja dissociado de um desenvolvimento global, pelo contrário, atualmente com a sociedade da informação e globalização as interações se fazem ainda maiores. As discussões atuais têm percebido a importância de uma visão holística dentro de análises sociais, pois o homem, a sociedade e a natureza co-existem dentro de uma teia de inter-relações[3] que não podem ser omitidas, mas sim consideradas e valorizadas.

No entanto, acima de qualquer orientação teórica sobre instrumentos de desenvolvimento é necessário a existência ou estímulo à conscientização e mobilização da própria comunidade. Trabalhar dentro das possibilidades econômicas locais, com estímulos sociais (culturais, de relacionamento, religiosos etc) é essencial para garantir a sustentabilidade do desenvolvimento, além de ser necessário existir uma responsabilidade com os recursos ambientais da localidade e assim garantir o bem estar das gerações futuras (JARA, 1998).

[3]A esse respeito ver: BOFF (2001); CAPRA (1997).

É parca a literatura que dá atenção para os agentes locais e não necessariamente agentes governamentais nos estudos de desenvolvimento local. Nesse sentido o foco do desenvolvimento em torno das ações governamentais verifica muitas vezes apenas o quanto o Estado está à parte das necessidades locais. Como a realidade de muitos dos municípios nordestinos é atroz em termos de desenvolvimento é difícil vislumbrar a possibilidade de mudança sem a intervenção externa[4], portanto o Estado realmente tem papel crucial nessa mudança, mas ele não é o único agente capaz de transformar as realidades locais. Principalmente porque, em geral, no Brasil a omissão, a inoperância e ineficiência estatal são comuns, se faz necessário voltar à atenção a outros atores locais que são propulsores ou potenciais propulsores de transformação econômico-político-social.

Nessa linha de pensamento uma nova abordagem tem sido muito utilizada é a do Capital Social, um conceito que credita à sociedade, e, às relações sociais nela existentes, como sendo o maior ativo propulsor do desenvolvimento. Definindo Capital Social[5] como as relações de confiança, reciprocidade, participação, democracia, cooperação e redes de interação social que facilitam as ações coordenadas (PUTNAM, 1996). Ou ainda, de acordo com estudos recentes analisados por Bandeira (1999) capital social "é composto por um conjunto de fatores de natureza cultural que aumenta a propensão dos atores sociais para a colaboração e para empreender ações coletivas — constitui-se em importante fator explicativo das diferenças regionais quanto ao nível de desenvolvimento" (p.10). Na verdade ainda não há consenso na literatura quanto à exatidão do conceito e das variáveis observadas na definição de capital social. Um trabalho que explora bem esse aspecto é o de Milani (2004) com algumas das diferentes definições clássicas sobre o capital social existentes na literatura.

De acordo com a idéia de capital social as comunidades que têm alto grau de capital social têm mais chances e potencial de prover o desenvolvimento. Essa perspectiva é mais uma tentativa de focar cada realidade em suas especificidades, suas características próprias, mas essencialmente as culturais, políticas, institucionais e sociais.

Nesse contexto algum ator social deverá criar um mecanismo de ruptura dessa estagnação. Espera-se, a princípio, que isso seja papel do Estado, mas como já foi dito anteriormente, com um Estado inoperante, outros agentes econômicos (empresas, associações, bancos etc), outras instituições (igrejas, congregações etc), ONGs, podem assumir o papel de rompimento desse ciclo. Passando ao ciclo do desenvolvimento, onde a ação de um ator social gere estímulos a outros investimentos e ações desenvolvimentistas (o contrário do ciclo anterior).

É preciso ressaltar, contudo que a idéia não é de pregar um dualismo no desenvolvimento: Governo X Sociedade Civil, mas sim que a iniciativa, o arranque propulsor do desenvolvimento pode partir de qualquer um dos lados (e não apenas do Estado) e a partir desse início criar parcerias para prover um desenvolvimento local mais sólido. Por isso é preciso dar a devida importância aos atores locais como responsáveis, interessados e potenciais condutores do desenvolvimento local. Além de ser necessário instituir formas de articulação desses atores, considerando-os representantes (legítimos) da população como um todo.

---

[4] Seja estatal, ou, como tem ocorrido muito atualmente, através de Organizações Não Governamentais - ONGs que têm tomado para si, através da sociedade civil organizada, responsabilidades que seriam do Estado.
[5] Ver especialmente: PUTNAM (1996).

> Em casos de grandes potencialidades naturais ou na quase total restrição das mesmas, a potencialidade básica de qualquer local, região ou país está assentada em sua população, ou mais amplamente, em seu ambiente: a interação dessa gente por meio da cultura, com o território e suas relações externas. Essa é a alavanca principal de desenvolvimento e que requer grandes esforços de fomento e promoção. (CASAROTTO & PIRES, 2001, p.107).

3.1.1 ATORES LOCAIS RELEVANTES E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Os atores sociais relevantes são aqueles agentes sociais de determinado município e/ou localidade com poder de mobilização local, de intervenção no direcionamento do município. Dentre os atores relevantes observaremos também os *stakeholders* da Associação dos Criadores e Produtores de Leite de Águas Belas.

Os atores locais são extremamente importantes para promoção do desenvolvimento, pois cada um tem uma função dentro desse processo complexo que é o desenvolvimento, seja no sentido social, seja econômico, ambiental ou ainda de articulação entre todas essas vertentes do desenvolvimento. Quando esses atores partilham de uma sintonia de ações, através de parcerias ou ainda construção de redes, o que se observa é uma maior força, maior poder de barganha e maior sustentabilidade das ações desprendidas em conjunto do que a ação isolada de cada ator social. Nesse sentido Jara (1998) afirma que:

> Para organizar o processo de planejamento municipal sustentável é necessário *identificar e articular os atores sociais*. Esses atores são formados pelos grupos que intervêm ativa ou passivamente na vida social, econômica e política municipal. Abrange as comunidades e associações, organismos públicos, sindicatos, partidos políticos, cooperativas, empreendimentos dos grupos de poder econômico, ONG's, os grupos de base das Igrejas e em geral, todos os agentes que sejam afetados em seus interesses e qualidade de vida, pelos efeitos dos processos locais de desenvolvimento. (p.97)

Considerando a associação como um ator social relevante, e, sua necessidade de estar bem relacionado e articulado com outros atores procurar-se-á buscar junto aos 'pares', ou seja, aos outros atores sociais relevantes observar a percepção dos mesmos quanto à atuação e o papel da associação no processo de desenvolvimento no município de Águas Belas.

3.2 ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO

A associação, como instituição contemporânea, é uma organização com características eminentemente sociais, que funciona democraticamente sem fins lucrativos, com objetivo de representar e defender os interesses dos associados, estimular a melhoria técnica, profissional e social dos mesmos, com compromisso educativo, social e econômico. Pode constituir patrimônio comum, prestar qualquer tipo de serviço (leia-se sempre serviços lícitos) ao associado, captar recursos de programas especiais ou auxílios, doações, subvenções de entidades, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras. Verifica-se aí uma proposta que é ajustada às necessidades principalmente dos pequenos produtores de leite, para o adequamento às novas exigências de qualidade. O que se pretende analisar é se na prática a associação cumpre esses preceitos, se o público envolvido vê a associação como um instrumento de desenvolvimento.

A ação associativa não se faz com a fachada de um local escrito Associação/Cooperativa... ou, no registro de uma ata de constituição acordada em uma

reunião apenas, ou tantas outras maneiras de se intitular o associativismo e só por isso já se pressupor ações coletivas pautadas nos princípios da cooperação.

A cooperação é algo simples e ao mesmo tempo complexo, e nesse paradoxo muitas experiências de organizações de cunho cooperativo cometeram grandes erros, estimulando a formação da organização associativa (enquanto estrutura física e jurídica), sem a formação do espírito associativista. Dessa forma muitas 'associações sem alma, ou sem espírito' surgiram e por isso não progrediram, é como um corpo sem alma, ele não tem muito a oferecer.

No entanto quando o trabalho segue a ordem lógica e adequada, muito se colhe da ação coletiva, pois esta se comprova nas ações os benefícios da força do trabalho em comum. A cooperação é uma relação de colaboração, auxílio, trabalho mútuo e de trocas recíprocas entre os homens. É um atributo das relações sociais que precisa ser valorizado tanto quanto é importante. A mudança dos valores da sociedade contemporânea tem imbuído princípios opostos a esses, o que vem degradando cada dia mais a vivência e a convivência humana.

Pode-se dizer que a associação, voltada para o segmento de produção é um estágio embrionário de uma cooperativa, por partir de pressupostos comuns – a cooperação – e conseqüentemente com objetivos fins também partilhados – melhoria das condições de vida do homem através da valorização do trabalho em detrimento do capital – a diferença é a atuação mais complexa da cooperativa em relação à associação, tanto no que tange a questões jurídicas, quanto aos aspectos de processos administrativos/ industriais. No caso da associação de Águas Belas que tem pretensões futuras de processar o leite, dentro da sua estrutura organizacional atual, provavelmente, ela se tornará uma cooperativa. Em função disso versar-se-á um pouco acerca do histórico, dos fundamentos e do cenário do cooperativismo para compreender melhor o papel da associação para a comunidade.

Destarte verifica-se o papel intrínseco de agente de desenvolvimento das organizações associativas. Mas estas muitas vezes sozinhas, desprovidas de aparato institucional, ou mesmo de um envolvimento efetivo de seus associados pode não contribuir concretamente para o desenvolvimento local. O inverso também se verifica, sem o envolvimento das associações e cooperativas locais em processos de desenvolvimento propostos por outras instituições, haverá também dificuldade para a realização de um desenvolvimento concreto.

> O Desenvolvimento local apresenta uma abordagem integral e integradora das dimensões econômicas, sociais, políticas e técnicas. Fica cada vez mais claro o fato de que o desenvolvimento não é apenas um fenômeno econômico. Trata-se de uma mudança de cultura e de relacionamentos sociais e institucionais. No presente, quando falamos de economias de mercado, abertas e descentralizadas, é preciso trabalhar a articulação e o envolvimento de todos os segmentos ou atores sociais na formulação e implementação de um projeto coletivo de desenvolvimento. Em outras palavras, não é a cooperativa ou a associação isolada que vai atingir condições de competitividade, elas devem ser criadas pelo município como um todo (JARA, 1998, p.72-73).

No Nordeste o marco histórico do cooperativismo ocorre no setor de consumo, por ser a Cooperativa de Consumo dos Operários da Fábrica de Tecidos de Camaragibe – Pernambuco, uma das primeiras experiências cooperativistas no Brasil. Porém, foi no setor agrícola que o cooperativismo mais se expandiu, estando a região Nordeste em 2001, de acordo com os dados da OCB – Organização das Cooperativas do Brasil –com mais de 30% das cooperativas agropecuárias do país (PIRES, 2004).

Entretanto a história do cooperativismo nordestino, bem como todo desenvolvimento agrícola e agrário da região foi permeado de contrastes. As organizações associativistas e cooperativistas reproduziram o modelo concentrador e excludente, baseado na estrutura Latifundiária X minifundista (PIRES, 2004; ARAÚJO, 1997; GARCIA, 1997; RIOS, 1979; RIOS, 1989). Dentro desse contexto, muitas cooperativas surgiram claramente estratificadas, representando os interesses das classes dominantes, e mantendo, se não ampliando as desigualdades sociais. Assim o cooperativismo na região se firmou por muito tempo muito mais como um mantedor da "ordem" que um instrumento de mudança social (RIOS, 1979, RIOS, 1989). De acordo com SEBRAE & SESCOOP (2004), em Pernambuco, por conta da sua estrutura agrária do latifúndio da cana de açúcar e da consonância com todo o Nordeste do poder político nas oligarquias locais, o cooperativismo agropecuário demonstra pouca expressividade.

4. METODOLOGIA

A percepção sobre qual é o 'papel' desempenhado pela associação no processo de desenvolvimento será empregada numa perspectiva interpretativa, ou seja, que considera a interpretação de outros (dos atores sociais). Ela parte do ponto de vista do ator e não apenas do observador, deixando de se empregar exclusivamente como método hipotético-dedutivo que surge de uma hipótese inicial, onde o pesquisador parte do conhecimento teórico existente e especula sobre o que poderia ser, passando a ser uma análise interpretativa (ANDRADE, 2001).

Além dessa análise interpretativa se pretende conhecer de perto a atuação da associação através do método do estudo de caso que é um instrumento que permite uma consideração de um grande número de variáveis, além de prover a possibilidade de exploração de novos processos ou comportamentos, ou de melhor entendimento de tais aspectos.

Desta forma procurar-se-á, através da pesquisa qualitativa, analisar a Associação dos Criadores e Produtores de Leite de Águas Belas com vistas a compreender como se deu e tem se dado essa proposta associativa dentro de uma realidade, em geral, precária e de uma sociedade de certa forma desarticulada e avessa a esse tipo de organização.

Como instrumento de análise será utilizada a entrevista semi-estruturada, que, para Triviños (1990) pode ser definida como:

> Aquela que parte de certos questionamentos básicos apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses, que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira o informante, seguindo espontaneamente a linha do seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. (p.116)

Foram realizadas visitas a Associação dos produtores de leite de Águas Belas, onde houve uma preocupação com a observação para o conhecimento e entendimento da dinâmica local, da relação entre funcionários e associados, bem como foram feitas visitas aos núcleos produtivos, para se verificar os procedimentos de captação de leite serem feitas entrevistas com os associados. Também foi realizada uma oficina com a técnica do Diagrama de Ven, para a determinação dos atores envolvidos. Essa dinâmica foi feita junto à diretoria da Associação, pois facilita a abertura e espontaneidade na determinação dos agentes importantes para a pesquisa.

5. INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO

INDICADORES	CRITÉRIOS DE OBSERVAÇÃO
Participação na associação: - participação objetiva e - participação subjetiva.	Participação nas assembléias; Fidelidade do associado; Participação nos núcleos comunitários
Aumento da renda do produtor e melhoria nas condições de vida	Diferença no preço do leite: associação/ concorrência; Aumento da renda recebida pelo produtor na constituição da associação até hoje.
Número de empregos gerados e mantidos	Número de empregados contratados e nº de empregos gerados indiretamente (passíveis de contabilização).
Como **captadora de recursos externos** de ongs, governos estadual e federal, órgãos internacionais etc. ou de projetos comuns com contra-partidas e cooperação tecnológica.	Verificar se existem parcerias externas. Quantas, quais e em que sentido. Como funcionam, quais os benefícios gerados.

QUADRO 6. INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.

Fonte: elaborado pela autora.
* A maior parte da coleta de dados será realizada através de entrevistas semi-estruturadas e observação junto aos associados e aos atores envolvidos.

6. RESULTADOS

Baseou-se na análise interpretativa dos atores sociais e de maneira a corroborar (ou não) com os indicadores de desenvolvimento estabelecidos *a priori*. Foram entrevistados 30 produtores associados, 3 produtores de leite não associados e visitadas 7 instituições que mantêm ou poderiam manter relação com a Associação, são elas: Prefeitura, Banco do Brasil, IPA, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, SEBRAE, Projeto Renascer e Secretaria da Produção do Estado de Pernambuco.

6.1 PARTICIPAÇÃO NA ASSOCIAÇÃO

A participação é um importante indicador de democracia, emancipação social e, portanto de desenvolvimento. De acordo com Bandeira (1999) a participação tem dois aspectos importantes, primeiro – o caráter de elemento essencial para o funcionamento da democracia; e segundo – seu importante papel instrumental, proveniente da viabilização dos processos de capacitação e aprendizado coletivo relevantes para a promoção do desenvolvimento.

Assim participação efetiva promove a viabilidade social dos empreendimentos associativos, já que uma base social sólida, participativa, com relações de confiança, reciprocidade, tal como prega a teoria do capital social, geram desenvolvimento. Configurando-se num ambiente mais organizado, com troca de informações, capacitação, convergência objetiva e subjetiva de interesses, um maior comprometimento dos associados e conseqüentemente maiores resultados econômicos.

Diante dessa importância se procurou observar aspectos que denotassem que tipo de participação tem ocorrido na Associação, se subjetiva ou objetiva, e ainda, seus aspectos relevantes de acordo com a opinião dos dirigentes e dos próprios associados. Afinal, a Associação deve ser uma sociedade de pessoas, democraticamente gerida, que se reúnem para juntar esforços em torno de objetivos comuns.

Porém, a maioria dos associados não possui consciência de que são responsáveis pela associação, que são seus donos, desconhecendo que a assembléia geral é o órgão de deliberação máxima de uma organização associativista. Isso é recorrente na literatura do cooperativismo e foi corroborado na Associação de Águas Belas devido ao baixo percentual de participação nas assembléias da Associação que fica em torno de 20%.

A participação objetiva é aquela onde há uma relação maior com aspectos pragmáticos, tais como idas às assembléias, realização de operações econômicas, ou transações operacionais. No caso da Associação apesar da baixa presença em assembléia, a participação objetiva existe, ou seja, os associados entregam o leite todos os dias à Associação através dos núcleos até porque como essa é uma participação muito pragmática é natural que ocorra já que a entrega do leite é uma necessidade de subsistência. Já a participação subjetiva que exige níveis maiores de coesão social e comprometimento se observou que existem problemas.

Um dos grandes problemas que se observa nesse sentido é a atitude de alguns associados de colocar água no leite para que aumente o volume e o mesmo receba mais. Esse fato remete à falta de comprometimento e envolvimento, por parte de alguns associados com a organização, ou mesmo da não responsabilização pelo sucesso/ insucesso desta, mas de apenas interesse imediatista e individualista, "eu quero ganhar mais agora e não interessa o futuro".

Há uma espécie de afastamento, é como se o associado estivesse à parte da realização da associação, exercendo apenas o papel de fornecedor de leite e não de dono e responsável pelo sucesso ou insucesso da mesma. Essa realidade é típica da falta de convergência subjetiva de interesses, assim, enquanto um associado pensa da seguinte maneira:

> No meu pensamento eu queria que ela fosse uma grande indústria pra Águas Belas e pra região Nordeste, pra dizer ó, começou de baixo, como quem não queria nada e ta do jeito que ta, seria um grande prazer. (Associado 16)

Outros já pensam, apenas, em ganhar mais, onde pagarem melhor, e não na sua contribuição para o fortalecimento da Associação, e a partir dela uma melhoria da situação de todos e da sua sustentabilidade.

> PRETENSÃO DE CONTINUAR NA ASSOCIAÇÃO DE ÁGUAS BELAS. É o seguinte a gente procura sempre melhoras, então se tiver uma melhora a mais em outro local, a gente tem que procurar a melhora né (associado 23).

> INTERESSE EM PERMANECER NA ASSOCIAÇÃO. Depende, se melhorar o preço do leite... SE VIER UM CONCORRENTE PRA COMPRAR SEU LEITE A UM PREÇO MELHOR. Se for por um preço melhor, vendo. Ninguém tem amizade com ninguém, nesse negócio de preço de leite! (associado 8)

Tem associado que em função da sua experiência começa a perceber a importância da associação, já que se pressupõe que ela prime pela continuidade do trabalho com a comunidade. Entretanto essa mudança de visão precisa ser consolidada para que em momentos de crise o discurso se faça válido e se configure em ação para fortalecer a associação. Construir essa consciência acerca da importância da associação, como algo da região, da comunidade, que fortalece todo o município, que se compromete com os interesses locais e especialmente dos seus associados não é tarefa fácil.

As empresas mercantis se preocupam apenas com o retorno financeiro, indiferente as necessidades locais e ainda sem compromisso com o local, caso haja um mercado mais promissor em outra região a empresa se desloca. Já a associação, diferentemente, não

desloca de região, pois todos os seus donos e seus interesses estão diretamente vinculados à comunidade. Esses aspectos, dentre outros, que constroem as peculiaridades da associação precisam ser difundidos através de trabalhos educativos-conscientizadores. Cursos, oficinas, trabalhos participativos que estimulem e promova uma maior consciência da importância da associação da valorização e do comprometimento necessário de ser atribuído pelos associados.

A confirmação da permanência de boa parte dos associados na Associação ocorre num momento onde não há uma competição acirrada de outras empresas pagando um preço melhor pelo leite, é provável que num contexto mais competitivo haja perda de associados, especialmente os maiores produtores que são o alvo de interesse dos laticínios particulares e das multinacionais, pois pegar o leite dos maiores produtores é mais vantajoso, o custo de transporte fica sendo menor e compensa pelo volume de leite entregue e a qualidade do leite normalmente é melhor. Pode-se perceber claramente a existência apenas da participação objetiva na fala seguinte:

> QUAL A DIFERENÇA DE ENTREGAR O LEITE PRA UMA EMPRESA E AQUI PRA ASSOCIAÇÃO. Não tem diferença não, é tudo igual, mas na associação é melhor porque o preço é mais melhor. (associado 14)

Um dos grandes gargalos da participação, na convergência de interesses subjetiva, dentre outros empecilhos, pode ser atribuída à falta de educação associativista, de informação e cultura da cooperação. Que são grandes empecilhos a uma participação plena e transformadora. Existe uma fidelidade, diga-se imediatista, de curto prazo, sem muita base para turbulências futuras. Por isso é preciso um trabalho de conscientização para prover um comprometimento de longo prazo, uma participação subjetiva.

Diante da realidade dos pequenos produtores rurais, o que pôde ser observado é que, em alguns casos, a baixa auto-estima, mais especificamente aquilo que Paulo Freire chama de cultura do silêncio, onde a falta de recursos e de instrução leva o indivíduo à visão fatalista da realidade, a uma passividade, à incredulidade quanto ao seu potencial transformador e por isso à inércia e à passividade. Os indivíduos não se vêem como agentes transformadores, capazes de modificar a realidade onde vivem, mas apenas de subsistir dentro desse contexto. A fala do associado demonstra essa realidade.

> PARTICIPAÇÃO NAS ASSEMBLÉIAS Participo, mas eu fico lá queto só ouvindo. EXPÕE SUA OPINIÃO. não é diferente do que eles estão falando, deixa os maior falar, porque eu sou bem miudinho (associado 5).

É imprescindível também reconhecer o papel de liderança desempenhado pelo presidente da associação, que é benquisto pela grande maioria dos associados, existe um alto grau de confiança ele também é bem relacionado com as instituições parceiras que na totalidade reconhecem na figura do presidente o sucesso da organização. Entretanto é necessário analisar os dois lados como coloca Llorens:

> Duas características essenciais de caráter extra-econômico para o desenvolvimento local seriam: uma liderança local capaz de mobilizar diferentes atores sociais para intermediar acima do âmbito local, e, uma estratégia de desenvolvimento elaborada sobre a base de cooperação dos próprios atores locais, sejam públicos ou privados (2001).

Não se pode esquecer do papel fundamental de todos os atores, especialmente dos associados, que como foi relatado anteriormente assumem em grande parte papéis passivos e de pouco envolvimento subjetivo com a associação. É preciso preparar os associados a "andar com as próprias pernas", porque apesar de o presidente ser bem intencionado, a dependência que se cria é prejudicial para um modelo de organização que tende à autogestão. Não deve haver centralização de poder, ou de tomada de decisão, pelo

contrário é preciso haver uma descentralização, pois a diretoria tem mandatos e não cargos, e na falta do presidente a associação poderá perder uma referência (talvez a única mais forte) e poderá perder assim a sua sustentação.

Uma liderança muito forte pode inibir a participação de muitos, ou ainda, acomodar os associados, já que eles podem se sentir seguros a ponto de não terem interesse em se envolver com a gestão, ou a direção tomada pela associação, a segunda possibilidade parece mais de acordo com o observado na Associação dos Produtores de Águas Belas. Até porque existe uma confiança explicitada para com a direção da associação. A grande maioria assume que a direção é boa apesar da expectativa de melhora.

6.2 RENDA E MELHORIA NA CONDIÇÃO DE VIDA

Com relação à renda, Amartya Sen (2004), que é um dos grandes expoentes na análise do desenvolvimento atual no que se refere à visão holística. Visão esta que abrange aspectos sociais (tais como educação e saúde) que foram tratados anteriormente, sem desconsiderar a importância do dinheiro (renda) para o desenvolvimento no sentido que ele dá liberdade de escolha aos indivíduos. Sen (op. cit.) considera o fator renda como uma alavanca de empoderamento já que ela permite uma certa autonomia, independência econômica no caso do produtor, que facilmente pode chegar a uma autonomia sócio-psicológica.

O que se observa é que quase a totalidade dos associados afirma ter melhorado de renda com a implantação da Associação, já que antes eles sofriam com os intermediários, que se configurava num mercado monopsônico, onde há apenas um comprador e este tem o poder de impor preço, com a falta de informação (de qual seria o preço real do leite) e a falta de escolha pra quem vender, os produtores vendiam leite a preços muito baixos.

É interessante observar a fala e, portanto a percepção dos associados no que se refere à melhoria do preço do leite. Mais de 90% dos produtores afirmam enfaticamente que a renda deles, advinda da produção de leite, melhorou depois da implantação da Associação e da participação deles na mesma. Entretanto muitos ainda consideram que ainda não está bom. Como se pode observar a seguir com relação às mudanças ocorridas após a implantação da Associação:

> Mudou muito, melhorou mais, porque a gente vendia leite muito barato perdia uns 0,05 0,06 centavos em cada litro de leite, e hoje a gente tá vendendo direto com a firma, mas sempre tem que melhorar mais, se dé mais um aumentozinho, porque também acho barato. (associado 20)
>
> No caso aí a gente não pode reclamar porque foi pra melhor né. Devido o valor do leite, hoje em dia a associação é que mantém o preço do leite a verdade é essa, quando era só o carreteiro e as firma de leite pegando aí, aí elas comandava o valor. A gente recebe o leite de 0,453, aí tem o desconto do leite, do resfriador que a gente paga aí a gente recebeu 0,423, quer dizer, se hoje a gente ver os carreteiros pagando aí a 0,38; 0,36 quer dizer, desse lado a melhoria foi alta né. Então a renda melhorou. (associado 23)

Como se pôde confirmar nas falas selecionadas, a Associação pode ser considerada um agente econômico propulsor da melhoria das condições econômicas dos produtores rurais que transacionam diretamente com ela, e conseqüentemente da comunidade como um todo através de um maior giro de recursos, um balizamento no preço do leite. Ou seja, os concorrentes procuram saber qual o preço que a Associação está pagando, para definir o seu preço. Caso haja a extinção da Associação, os carreteiros vão impor o preço que convier, e não o preço de mercado realmente.

É interessante ressaltar, que em se tratando de uma região extremamente pobre, como os municípios abrangidos pela Associação, e ainda, da população do meio rural, que

em geral, sofre acentuadamente os reflexos da pobreza, de acordo com Amartya Sen é "notável o fato de que a privação de liberdade econômica, na forma de pobreza extrema, pode tornar uma presa indefesa na violação de outros tipos de liberdade". (2004, p.23).

Em função dessa preocupação a pesquisa se preocupou de maneira expressiva com fator renda, sem pretender, entretanto, incorrer num erro de generalizações como eram feitas as análises de crescimento, até porque essa é uma renda real, no sentido de que não é uma análise de uma média, com uma amplitude de dados gigantesca, tal como é calculada a renda *per capita* no Brasil, e sim uma visão do próprio público atingido.

A possibilidade de poder fazer escolhas, a ampliação da possibilidade de gerir a sua vida, e viver de um modo mais aproximado do que gostaria, é um avanço sem igual, no desenvolvimento pessoal e social do homem. Dentro do sistema capitalista que a sociedade brasileira está inserida, estas questões estão diretamente relacionadas à condição financeira, aos retornos econômicos dos indivíduos. Não que a renda e/ou o dinheiro sejam desejáveis por si mesmos, mas sim pelas possibilidades que eles dão, ou seja, a utilidade da riqueza está nas coisas que ela nos permite fazer, de tal maneira que a renda tem enorme influência nesse poder de decisão (SEN, 2004).

Contudo, é sabido que as estruturas de serviço público, seja na área de saúde, educação, segurança, são extremamente precárias nos municípios brasileiros, notadamente no município estudado. Para tanto, o fator renda é imprescindível de ser analisado com maior relevo, já que os rendimentos pessoais devem suprir a carência do estado. Não que este aumento da renda tenha gerado uma plena autonomia dos produtores rurais no acesso a colégios particulares, a planos de saúde etc., evidentemente esse aumento da renda não proporcionou toda essa liberdade de escolha, mas retira o pequeno produtor rural daquele limiar da perda de alguns direitos mínimos.

O fortalecimento pelo trabalho em conjunto, o aumento do poder de barganha, a busca de outros mercados, a fuga do monopsônio, que expropriava o pequeno produtor. A insegurança do mercado de produtos agrícolas que já é grande, em função da sazonalidade, por participar, em geral, do mercado de concorrência perfeita[6], da perecibilidade, da dispersão geográfica, da homogeneidade dos produtos, da demanda relativamente inelástica, dos riscos bioclimáticos etc. Todas essas características levam a uma vulnerabilidade nos preços, aumento das perdas, submissão aos compradores, dependência da natureza (às pragas, ao clima, ao solo etc.), dentre outros problemas que podem ser atenuados com organização e investimento de capital. Por exemplo, com mecanismos de armazenamento, não se fica tão vulnerável à perecibilidade, a um ou poucos compradores, a tecnologia monitora clima através de estufas etc. Nesse sentido Sen afirma que "a liberdade de entrar em mercados pode ser ela própria uma contribuição importante para o desenvolvimento, independente do que o mecanismo de mercado possa fazer ou não para promover o crescimento econômico ou a industrialização" (2004, p.21). Já que:

> A negação de acesso aos mercados de produtos freqüentemente está entre as privações enfrentadas por muitos pequenos agricultores e sofridos produtores sujeitos à organização e restrições tradicionais. A liberdade de participar do intercâmbio econômico tem um papel básico na vida social (idem, p.22).

[6] Ou seja, onde o próprio mercado é quem determina o preço, e não o produtor rural pelos seus custos de produção.

6.3 EMPREGOS GERADOS, MANTIDOS E CONCATENAÇÕES

O surgimento da associação teve como conseqüência positiva a geração de empregos, a qual não é possível definir com exatidão sua magnitude, entretanto podemos afirmar que foram gerados 31 empregos diretos, são três na parte administrativa, na sede da associação e 28 nos núcleos de recebimento de leite, onde ficam os tanques de granelização.

Cada núcleo requer um funcionário, para receber o leite, manter a limpeza do tanque (que é fundamental para a qualidade do leite) e do seu entorno, já que o produtor rural não pode deixar suas obrigações na propriedade, especialmente no horário próximo da ordenha, que é quando o funcionário do tanque está recebendo o leite.

De acordo com os produtores entrevistados, a grande maioria acredita que a associação gerou empregos, mas prefere não supor o número de empregos gerados. Com relação à quantidade de emprego gerado, uma parte acredita que apesar de ter gerado emprego foram poucos, outros já acham que a associação gerou um grande número de empregos, o fato é que a associação gerou empregos para a comunidade e isso pôde ser constatado factualmente.

Inclusive outro aspecto extremamente importante do fortalecimento dos pequenos municípios, das economias locais, das pequenas e médias empresas se dá pelo fato do potencial de manutenção dos "filhos da terra" permanecerem no local, e não contribuírem para o inchaço e muitas vezes a ampliação da marginalidade dos grandes centros urbanos. Para que haja essa manutenção um aspecto importante a ser observado é a valorização da cultura local, ou dos arranjos produtivos locais, valorizar aquilo que a comunidade conhece, sabe fazer, faz parte da sua realidade e da sua história. Nesse sentido a pecuária leiteira sempre fez parte da estrutura agrícola da região de Águas Belas (de todo o Vale do Ipanema), assim a Associação, além de dar trabalho a alguns jovens das comunidades (para cuidar do tanque de expansão) ela levou a permanência de pequenos produtores no trabalho com o leite e com o campo, como relata um próprio associado:

> GERAÇÃO DE EMPREGOS. Acho que sim. Assim, acho que sustentou o meu mesmo, porque talvez se não fosse a associação, não sei se eu tava no ramo de leite mais não. (associado 3)

6.4 CAPTAÇÃO DE RECURSOS EXTERNOS E PARCERIAS EM GERAL

Um dos destaques observados na associação é a sua articulação entre instituições, nesse caso se pode afirmar, que a associação tem hoje parcerias institucionais satisfatórias, sólidas e em expansão, e ainda potencial de ampliação não apenas com os parceiros já existentes como com novas instituições que estão se interessando em promover parcerias com a associação, tais como o Banco do Nordeste e a Fundação Bradesco de Garanhuns. Grande parte das parcerias está relacionada às questões produtivas, capacitações, palestras, disponibilidade de insumos (semente, sêmem), de tanques de expansão (que resfriam o leite) etc.

Todos os parceiros, ou seja, instituições que já mantêm vínculo com a associação foram enfáticos em elogiá-la e considerá-la uma exceção no contexto local, mesmo considerando suas incompletudes, erros e dificuldades.

Dentre as parcerias institucionais, uma também considerada importante pela associação é a com o Sebrae. O Sebrae é uma instituição que dá apoio à pequena e micro empresa e há alguns anos atrás passou a incorporar como empresa também as propriedades rurais. O Sebrae se envolveu muito com a pecuária leiteira na região pelo fato de trabalhar considerando os Arranjos Produtivos Locais – APLs, e pelo fato da região de Garanhuns ter um histórico com a pecuária leiteira e ser um dos grandes pólos de produção e

industrialização de produtos lácteos. Foi o Sebrae que levou a idéia do núcleo produtivo, tal como ele é hoje e também a idéia da forma de pagamento do tanque. De acordo com o próprio responsável do Sebrae que foi até a associação, eles assimilaram bem a sugestão e tem trabalhado no sentido proposto. Além disso, o Sebrae dá suporte à associação através de uma série de capacitações.O Sebrae também atua na articulação com outras instituições que passaram a ser parceiras da associação, sendo importante na construção de uma teia de parceiros que fortalece o desenvolvimento local.

É válido considerar a importante postura do Sebrae nesse sentido, visto que o fortalecimento local hoje é pautado na articulação dos atores locais, no fortalecimento das instituições, no aumento do capital social e na cultura da cooperação. A cultura da cooperação em detrimento da competição, pois hoje as ações cooperativas nas instituições e empresas são essenciais para sua manutenção no mercado. Parcerias inflexíveis e individualistas dificultam o fluxo das ações listadas anteriormente, e inibe o desenvolvimento local.

Junto à prefeitura do município de Águas Belas a Associação tem uma boa relação, entretanto sem muitas ações práticas, o trabalho mais forte feito em conjunto é a promoção da Festa do Leite feita no município no mês de novembro que tem sido de grande importância para o município e é um trabalho conjunto entre várias instituições como: IPA, Prefeitura, Banco do Brasil, Adagro, dentre outras.

Faz-se importante ressaltar que, apesar de não terem ações práticas rotineiras o apoio político é fundamental para o sucesso de qualquer empreendimento no interior do Brasil, e, especialmente no interior do Nordeste, onde ainda, forças políticas ditam fortemente as forças econômicas e sociais. O apoio político da prefeitura do município, no mínimo permite a expansão da associação, caso contrário, um apoio ao adversário, provavelmente poderia inibir ou até mesmo inviabilizar o crescimento da Associação. O aspecto político não foi alvo da pesquisa, nem pôde ser trabalhado de maneira extensa, mas não poderia deixar de constar nota, já que é um ponto de forte influência econômica na região estudada.

O Banco do Brasil, vê na associação um grande potencial de desenvolvimento e uma parceria com ótimos resultados. O que é de muita importância para os associados e remete à existência de confiança e solidez nas contas da associação, já que o Banco é uma instituição financeira e preza pela segurança dos seus rendimentos e das suas parcerias.

A parceria entre a associação e o Banco do Brasil tem permitido atenuar o quadro de inacessibilidade dos pequenos produtores ao crédito rural. Funciona da seguinte maneira, a associação intermedeia a concessão de crédito entre o Banco e os associados. A associação leva ao conhecimento dos associados sobre a existência do crédito, fornece informações sobre os procedimentos e documentos necessários, faz os cadastros na própria associação, reduzindo os custos de transação do banco e facilitando o acesso ao associado. A associação retém um percentual da folha de pagamento (do leite) do associado que garanta a quitação da dívida no prazo devido, desta forma o produtor não sente muito porque o valor quinzenal é pequeno e para o Banco é ótimo, pois a inadimplência é muito pequena, anteriormente o banco tinha uma inadimplência de 100% no meio rural e hoje tem de 2%. Essa parceria ocorre de maneira que os três lados ganham: os produtores que têm acesso a crédito e pode melhorar sua produção, a associação que leva um benefício ao seu associado e tem uma maior e melhor produção de leite e o banco com uma boa adimplência faz o seu papel de emprestar e receber para emprestar novamente.

Outra instituição visitada foi o Projeto Renascer. O Projeto Renascer a um tempo atrás só dava auxílio às associações para construção de banheiros, cisternas e outros auxílios dessa natureza (puramente assistencialista), que são importantes para melhorar o

nível de vida da população mais carente, mas não melhoram a renda dessa população. Então o programa verificando que sem gerar renda a melhoria das condições de famílias muito carentes é irrelevante, atualmente o programa passou a apoiar projetos produtivos, para gerar renda e melhor qualidade de vida. Com a associação eles começaram pelo fato dela estar localizada num município com menor IDH e ter se destacado como agente de desenvolvimento ela passou a receber apoio do projeto onde serão cedidos 11 tanques de expansão aos núcleos produtivos mais carentes.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível afirmar que a Associação tem alcançado bons resultados em sua atuação no município de Águas Belas. Alguns dos resultados concretos foram: remunerar melhor o associado, manter produtor rural no campo, representar e defender os interesses dos associados e do setor da pecuária leiteira como um todo junto a instituições públicas e privadas, estimular a melhoria técnica do associado (ainda que haja ajustes a serem feitos nesse sentido), afastamento da ação de intermediários e, tem promovido a articulação de atores sociais importantes para o desenvolvimento dos associados e indiretamente da própria comunidade.

Portanto ela cumpre, com êxito (não com perfeição) o que deve ser o objetivo de uma associação, que é representar e defender os interesses dos associados, estimular a melhoria técnica, profissional e social dos mesmos, com compromisso social e econômico, deixando a desejar no quesito educacional, ainda que existam cursos e palestras elas não abrangem todos os associados e têm uma função muitas vezes informativa e de instrução (que não deixa de ser importante, mas é incompleta) do que uma educação conscientizadora. Uma organização associativista já tem uma responsabilidade social intrínseca na sua proposta organizacional, tem também um importante papel no desenvolvimento do município.

Se a associação for analisada dentro das três dimensões do desenvolvimento pode-se assumir que:

1) Economicamente a associação conta, hoje, com resultados econômicos positivos, através da capacidade de usar e articular fatores produtivos locais para gerar oportunidade de trabalho, renda, fortalece a cadeia produtiva do leite, além de pagar um preço mais justo aos produtores o que leva a um maior número de recursos girando na cidade.

2) Socialmente e culturalmente a Associação promove (e ainda tem espaço potencial de promover) maior equidade social, através da participação (que precisa ser intensificada) dos cidadãos e cidadãs nas estruturas do poder, tendo como referência a história, os valores, a cultura do território e o respeito pela diversidade. A pecuária leiteira faz parte da vivência da população de Águas Belas, os núcleos produtivos respeitam laços familiares, de amizade e ainda prezam pela diversidade de interesses, de forma que cada núcleo tem suas prioridades diferenciadas e com força de organização. Devido a essa subdivisão em núcleos produtivos há uma facilidade de coordenação e do conhecimento da diversidade de interesses e necessidades existentes em organizações coletivas maiores.

3) Político-institucionalmente, através das parcerias e negociações políticas a associação permite a construção de políticas territoriais negociadas. Contudo existem falhas na forma democrática de gestão, especialmente pela falta de educação e conscientização cooperativista, dificultando a promoção da conquista e do exercício da cidadania através de uma maior participação dos associados nas assembléias e no envolvimento da associação como um todo.

Apesar de todos os benefícios discutidos e analisados no presente trabalho, é necessário ressaltar a falta essencial da educação junto aos associados para a construção da convergência subjetiva de interesses, ou seja, a construção do pertencimento e de um

comprometimento mais solidificado por parte dos associados. Outro aspecto importante de ser considerado é a necessidade de profissionalização da administração da associação, à medida que suas contas, o número de associados, o número de compradores de leite se ampliam, as questões administrativas se complexificam e necessitam de um trabalho mais técnico-profissional.

8. REFERÊNCIAS

ADDIPER – AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DE PERNAMBUCO disponível em: <http://www.addiper.pe.gov.br/index.htm>. Acesso em: 05 out. 2005.

ALBAGLI, Sarita – *Globalização e espacialidade: o novo papel do local.* – Nota técnica 04/98 – Instituto de Economia da UFRJ – mimeo Rio de Janeiro – março, 1998.

ALEIXO, Sany Spínola; SILVA, Regina Lucia Paulino; SOUZA, José Gilberto de. As legislações para o setor leiteiro e seus impactos sobre a produção após a abertura comercial In: BARROS, Henrique de; RUBIO, Blanca (orgs). *Globalización y desarrolho rural em América Latina.*Recife, 2ªed., Imprensa Universitária, UFRPE, 2003.

ANDRADE, Márcia Pereira de. *Fatores favoráveis e limitantes ao desenvolvimento da agropecuária do sul de Minas Gerais: uma análise interpretativa*. Lavras: UFLA. Dissertação de Mestrado, 2001.

ARAÚJO, Tânia Balecar. *Herança de diferenciação e futuro de fragmentação*. In: Estudos Avançados. Vol11, jan/abr, num 29,1997.

BANDEIRA, Pedro. *Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional*. Brasília. Texto para discussão elaborado para o projeto 'Novas Formas de Atuação no Desenvolvimento Regional'. (texto para discussão no 630) ISSN 1415-4765. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1999.

BOFF, Leonardo. *O despertar da águia: o dia-bólico e o sim-bólico na construção da realidade*. Petrópolis: Vozes, 16ª ed.2001.

BUARQUE, Sergio C. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável.*Brasília: IICA,1998.

CAPRA, F. *A teia da vida*: u*ma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo, Cultrix,1997.

CASAROTTO FILHO, Nelson & PIRES, Luis Henrique. *Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local*. 2ªed. São Paulo: Atlas, 2001.

CERQUEIRA, Antônio. *Cadeia produtiva do leite de Pernambuco: configuração, análise e avaliação das estratégias competitivas associadas aos segmentos de transformação e distribuição.* Recife: UFRPE (Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Federal Rural de Pernambuco), 1998.

EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. disponível em: <http://www.cnpgl.embrapa.br/sistema/semiarido/importancia.html>. Acesso em: 10 dez. 2004.

FONSECA, Carlos Henrique Trindade. Associativismo e cooperativismo e seu papel no resfriamento e transporte a granel, do leite produzido em estabelecimentos de baixo volume de produção.In: BRESSAN, M.; MARTINS, C.E.; VILELA, D.(editores).

*Sustentabilidade da pecuária de leite no Brasil.*Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, Goiânia: CNPq/Serrana Nutrição Animal, 2000.

GARCIA, Carlos. *O que é o Nordeste brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, (coleção Primeiros Passos), 1984.

GOMES, A. T.; LEITE, J. . B.; CARNEIRO, A. V. (ed) *O agronegócio do leite no Brasil*. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite. 2001.

JARA, Carlos Julio. *A sustentabilidade do desenvolvimento local:desafios de um processo em construção*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA): Recife: Secretaria do Planejamento do Estado de Pernambuco- Seplan, 1998.

LLORENS, Francisco Albuquerque. *Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política*. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

MARTINELLI, Dante Pinheiro; JOYAL, André. *Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas*. Barueri/SP: Malone, 2004.

MAPA - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. *Agronegócio Brasileiro: Uma Oportunidade de Investimentos*. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/ Acesso em: 15 set. 2004.

MILANI, Carlos. Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). In: Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia – EAUFBA – *Organização e Sociedade*. (V11, Edição Especial), Salvador 2004.

MONETA, Carlos. – *Identidad y políticas culturales en procesos de gobalización e integración regional.* Sesión y trabajo "cultura y desarrolho". III Encuentro de Estudios Prospectivos "Los Escenários de América Latina y el Caribe en el Horizonte 2020" – Rio de Janeiro – mimeo – 20 a 22 de setembro de 1999.

PIRES, Maria Luiza (org). *Cenários e tendências do cooperativismo brasileiro*. Recife, Unircoop – Américas, 2004.

PRONAF – PROGRAMA NACIONAL DE AGRICULTURA FAMILIAR. Disponível em: http://www.pronaf.gov.br/textos_e_estudos/pmdr.htm acesso em: 19/01/2005.

PUTNAM, R. D. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. *Cooperativas agrícolas no Nordeste brasileiro e mudança social*. João Pessoa: UFPB. 1979.

_____. *O que é cooperativismo*. São Paulo: Brasiliense. (Coleção Primeiros Passos), 1989.

SAHA, Sujarati. *Planejamento regional no contexto da globalização: construindo uma nova agenda para os anos noventa e anos seguintes*. Paper apresentado no WORKSHOP SOBRE O PLANEJAMENTO REGIONAL – SUDENE/UFPE/SEPLAN- PE- Recife, 1998.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS PEQUENAS E MICRO EMPRESAS – *Pecuária de leite em Pernambuco: diagnósticos e proposições de políticas*. Recife: Sebrae, 1996.

SEBRAE & SESCOOP – PE - Serviço Nacional de Aprendizado do Cooperativismo –*Estudo do perfil socioeconômico e gerencial das cooperativas de Pernambuco*. Recife: Sebrae, 2004.

SEBRAE. *Cadeia produtiva do leite em Pernambuco*. Recife: Sebrae, 2002.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. 4ª reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SILVA, Antônio Fernando Teixeira da. *Coordenação e estrutura de governança do sistema agroindustrial do leite no agreste de Pernambuco*. Dissertação de Mestrado. Área: Administração e Comunicação Rural.Recife: UFRPE, 2001.

SILVA, Marinalda da. *Desenvolvimento sustentável local: a contribuição do agente de desenvolvimento do Banco do Nordeste no Estado do Ceará.* Porto Alegre, 1999, Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (área Administração - PPGA).

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1990.

VEIGA, José Eduardo Rodrigues. *Associar-se ou chorar o leite derramado*. Disponível em: http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=1617. Acesso: 06 jun. 2005.

VILELA, D.; BRESSAN, M.; CUNHA, A. S. (ed.) *Restrições técnicas, econômicas e institucionais ao desenvolvimento da cadeia produtiva do leite no Brasil*. Juiz de Fora: EMBRAPA – CNPGL,1999.